



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

TERMO DE REFERÊNCIA
Sistema de Registro de Preços

1 DO OBJETO

1.1. Aquisição de Instrumentos Musicais e Acessórios para o curso de Música da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes (quando for o caso), estabelecidas neste instrumento.

Item	CATMAT	Descrição	Und. de Medida	Qtde	Preço Estimado Unitário	Preço total Estimado
1	47813	Djembês, feitos em madeira e com pele animal (preferencialmente fabricado por luthier, manualmente, com tronco escavado e afinação por cordas). Todos os instrumentos devem ter estojos (semi-cases) para o seu transporte.	Unidade	3	R\$ 8.196,49	R\$ 24.589,46
2	289113	Reco-recos em madeira envernizada, "dentes" múltiplos, com diâmetro mínimo próximo a 7cm e comprimento mínimo próximo a 42cm. Marcas sugeridas: contemporânea, redenção, gope e odery.	Unidade	2	R\$ 499,84	R\$ 999,68
3	47813	Par de maracas profissional (feita de couro ou material sintético) com cabo de madeira. Modelo Sugerido LP281; Meinl Plastic Maracas; Tycoon Percussion Yellow Plastic Maracas.	Par	3	R\$ 225,02	R\$ 675,06
4	47813	Par de maracas de fibra com cabo de madeira. Modelo sugerido: LP389; Meinl Plastic Maracas Black;	Par	3	R\$ 460,00	R\$ 1.380,00
5	47813	Par de Maracas de Joropo, Venezuelanas modelo Llaneras - Palo Cruzado	Par	2	R\$ 957,73	R\$ 1.915,45
6	47813	Guiros modelo cabaça cubana, sendo cada um no tipo super guiro de material sintético com dentes equidistantes e separadas por fendas proporcionais, com duas aberturas emborrachadas no fundo para manuseio e acompanhado de dois tipos de baqueta modelo LP243 (dura em material baquelite branco e macia em material plástico creme).	Unidade	2	R\$ 480,00	R\$ 960,00
7	47813	Guira (similar às de origem dominicana) de material metálico com pontos de fricção equidistantes e separados por espaços proporcionais, com cabo no fundo para manuseio e acompanhado de baqueta em pente de tamanho LP301 com cabo em madeira	Unidade	3	R\$ 480,00	R\$ 1.440,00



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Item	CATMAT	Descrição	Und. de Medida	Qtde	Preço Estimado Unitário	Preço total Estimado
8	47813	Par de bongôs de modelo profissional, medidas 7-1/4" e 8-5/8", com casco feito em três camadas de madeira norte-americana ash sem pintura, com placa de suporte de aço e fundos de alumínio fundido cromado. Cada par de bongôs deve ser acompanhado por tripé de sustentação, de base tripla com reforço duplo, em metal, com sobreapoio para cada bongô, o bongô montado no tripé deve alcançar uma altura mínima de pelo menos 80 cm e máxima de pelo menos 120cm; Modelos sugeridor: LP; Gope; Meinl; Contemporânea	Par	3	R\$ 1.230,00	R\$ 3.690,00
9	47813	Trio de congas (quinto, conga e tumbadora) com medidas, 11", 11 3/4", e 12 1/2", com casco reforçados internamente, com pelo menos seis pontos de afinação nos tambores mais graves. Peles em couro animal, as congas devem acompanhar estantes de apoio reforçados em base dupla, alcançando altura mínima de 100 cm e máxima de pelo menos 130cm; Modelos sugeridor: LP Matador; Gope; Meinl Headliner Series; Contemporânea.	Trio	2	R\$ 6.146,88	R\$ 12.293,76
10	47813	Quinto de 11" com casco reforçado internamente e peles em couro animal. Modelos sugeridor: LP Matador; Gope; Meinl Headliner Series; Contemporânea.	Unidade	2	R\$ 1.799,43	R\$ 3.598,86
11	47813	Conga de 11 3/4" com casco reforçado internamente e peles em couro animal. Modelos sugeridor: LP Matador; Gope; Meinl Headliner Series; Contemporânea.	Unidade	2	R\$ 1.980,00	R\$ 3.960,00
12	47813	Tumbadora de 12 1/2" com casco reforçado internamente e peles em couro animal. Modelos sugeridos: LP Matador; Gope; Meinl Headliner Series; Contemporânea.	Unidade	2	R\$ 2.431,43	R\$ 4.862,85
13	21830	Suporte individual para conga, estilo cesto, com apoio reforçado, alcançando altura mínima de 100 cm e máxima de pelo menos 130cm. Modelo sugerido: Gibraltar GCS-M / GCS-L.	Unidade	3	R\$ 664,67	R\$ 1.994,02
14	47813	Par de timbales cubanos, em metal com pele sintética, deve acompanhar tripé de sustentação. Modelos sugeridos: LP; Gope; Meinl; Contemporânea	Par	3	R\$ 1.637,07	R\$ 4.911,20
15	47813	Set de três batás em três tamanhos: oconco, omele/itoele e iya das dimensões 5" & 6 3/4", 5-3/4" & 9" e 6-1/2" & 12-1/2 de carvalho sião, peles naturais, parafuso de afinação. um tripé (com rodas) para a montagem dos três batás (de modo a possibilitar um instrumentista tocar todos batás). Todas os instrumentos devem conter capa protetora em couro ou material similar. Modelos sugeridos: LP; Gope; Meinl; Contemporânea.	Kit	3	R\$ 14.392,16	R\$ 43.176,48



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Item	CATMAT	Descrição	Und. de Medida	Qtde	Preço Estimado Unitário	Preço total Estimado
16	47813	Woodblocks de madeira Maple, nos tamanhos extra large, large, medium, small e tiny (ou 7, 8, 9, 10 e 11"). A cavidade interior deve ser de tamanho proporcional ao tamanho do bloco e a saída com espaço lateral em linha para dinamização do ar de ressonância deve acompanhar estante de suporte para fixação do mesmo. Modelos sugeridos: Black Swamp Rock Maple Woodblock; Grover Wood Blocks	Unidade	5	R\$ 3.181,92	R\$ 15.909,60
17	445317	Par de baquetas de marimba, revestidas de fio de lã Peruana, peso Medium Hard, com cabo em madeira Birch. Modelos sugeridos: Encore NZ3 Nancy Zeltsman Medium Hard Birch Marimba Mallets; ou Vic Firth M213 Virtuoso Series Medium Hard Marimba Mallets	Par	4	R\$ 378,98	R\$ 1.515,93
18	445317	Par de baquetas de marimba, revestidas de fio de lã Peruana, peso Medium, com cabo em madeira Birch. Modelos sugeridos: Encore NZ4 Nancy Zeltsman Medium Birch Marimba Mallets; ou Vic Firth M212 Virtuoso Series Medium Marimba Mallets.	Par	4	R\$ 411,98	R\$ 1.647,90
19	328512	Caixa ativa 100w rms 4 ohms com autofalante de 10" + suporte pedestal tripé com um (1) ano de garantia. modelo de referência: JBL/Selenium JS101A	Unidade	2	R\$ 1.871,19	R\$ 3.742,38
Total Geral						R\$ 133.262,61

1.2. Os bens adquiridos devem ser, se aplicável: i) constituídos por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; ii) constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; iii) acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

1.3. Não há aplicação de margem de preferência para os itens licitados.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato ou aceite da nota de empenho prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O curso de música da UNILA foi criado para contribuir com a transformação de certas polarizações recorrentes nos cursos de graduação da área: “popular” x “erudito” e “prática” x “teoria”. Nesse sentido, o curso apresenta duas interfaces principais: (i) Pesquisa em Música – pesquisa em linguagem musical, história e repertório; e, (ii) Práticas Interpretativas – dividida em cinco formações específicas: Canto, Criação Musical, Percussão, Piano e Violão.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

2.2. A ênfase em Pesquisa em Música reúne disciplinas que preparam o aluno para a atividade de pesquisa, tanto nas áreas tradicionalmente representativas da atuação do músico profissional, Musicologia e Etnomusicologia, quanto em áreas em processo de consolidação nos currículos universitários em nível de graduação em artes, Sociologia da Música e Memória e Patrimônio.

2.3. Já a ênfase em Práticas Interpretativas é concebida na interface entre criador e intérprete, compreendendo que o processo de interpretação (mesmo em sua concepção mais tradicional de “fidelidade” a um “texto” musical) implica na tomada de decisões criativas. Nas opções de formação de instrumentista (Canto, Piano, Violão e Percussão), o núcleo específico é composto por um grupo de disciplinas direcionadas ao preparo do aluno para o exercício de sua atividade profissional como intérprete/criador. A opção de formação em Criação Musical compreende disciplinas que tratam da composição tanto em sua vertente tradicional quanto em seu trajeto vanguardista, e, ao mesmo tempo, abarca também os processos criativos em música popular.

2.4. Para que essas duas interfaces principais ocorram, é necessário a disponibilização de instrumentos musicais e acessórios aos docentes e discentes, a fim de que haja a integração entre teoria e prática e, conseqüentemente, formação adequada do egresso, ou seja, um indivíduo possuidor de conhecimentos profissionais / competências, postura crítica, reflexiva e transformadora e com capacidade para apreciar a leitura e a escrita, o exercício do pensamento e atividade intelectual.

2.5. Logo, os equipamentos e acessórios desse termo de referência visam garantir o suprimento de demandas ainda não atendidas pela universidade para o curso de Música, e enquadram-se no inciso IV do Decreto nº 7.892/2013: “IV – quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração”, uma vez que: (i) há possibilidade de mudança do curso de música da Unidade Almada para a Unidade Jardim Universitário, o que pode limitar o espaço para todos os equipamentos; (ii) há possibilidade de abertura do curso de Licenciatura em Música para os próximos anos; (iii) há possibilidade de desenvolvimento de inúmeros projetos de pesquisa científica e tecnológica em música, visando à criação, compreensão e difusão da cultura e seu desenvolvimento; e, (iii) o estímulo à criações e manifestações musicais em Foz do Iguaçu e em seus arredores, que poderão exigir diferentes quantitativos de instrumentos musicais e acessórios para atendimento às demandas.

2.6. Nesse contexto, as demandas solicitadas atenderão ao tripé de ensino, pesquisa e extensão, de modo a consolidar o curso de Música da UNILA e torná-lo referência na América Latina.

3 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002 “*Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.*”

4 ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O prazo de entrega dos bens é de até 60 (sessenta) dias, contados da solicitação de fornecimento, em remessa única, no endereço Rua Macucos 131, esquina com Rua Mineirão, CEP: 85859-450 – Foz do Iguaçu/PR, das 8h às 11h e das 14h às 17h, mediante agendamento pelo telefone (45) 3529-2781.



**Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. Na impossibilidade de reparar o material defeituoso de forma imediata, a licitante vencedora deverá substituir o item por outro com especificações iguais ou superiores no mesmo prazo do subitem anterior.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



**Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.1.1 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando exigido na descrição do item;

6.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6 responsabilizar-se pelas despesas de quaisquer tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia, e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre a aquisição dos produtos;

6.1.7 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7 GARANTIA

7.1 A Contratada deverá solucionar possíveis problemas relativos ao bem e cobertos pela garantia nas instalações da UNILA. Caso não seja possível, todo e quaisquer ônus para sua solução correrão às expensas da licitante vencedora, como e não somente: transporte para retirada e devolução do produto, peças e / ou insumos para reposição, entre outros.

8 DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.



**Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

9 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10 CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1 O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em coresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11 DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta correntes indicadas pelo contratado.

11.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

11.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad \begin{array}{l} I = 0,00016438 \\ TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\% \end{array}$$

12 DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



**Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

13 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

14 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5 cometer fraude fiscal;

14.1.6 não mantiver a proposta.

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

14.2.1 Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.3. multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

14.3.1 multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.3.2 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.3.3 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.3.4 impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

14.3.4.1 A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.

14.3.5 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.4. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.3.3, 14.3.4 e 14.3.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

14.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Foz do Iguaçu, 02 de maio de 2019.

Secretaria de Apoio Científico e Tecnológico
Área de apoio